ESPECIAL: MICROFINANÇAS

Faces das microfinanças

As microfinanças atuam ao mesmo tempo na diminuição da pobreza e na construção de oportunidades de mercado para as instituições financeiras

POR DENISE GIBRAN NOGUEIRA

A busca de instrumentos efetivos de combate à pobreza e a expansão da oferta de serviços e produtos financeiros à base da pirâmide têm colocado o microcrédito e as microfinanças na agenda de um inusitado conjunto de atores: governos, agências de desenvolvimento, organizações sociais, instituições financeiras, órgãos reguladores e empresas de pequeno e grande porte.

Por definição, iniciativas de microfinanças, sejam conduzidas por organizações sem fins lucrativos ou por bancos privados, estão voltadas para alcançar a população pobre e prover seu acesso a serviços financeiros. Mas para que realmente serve este instrumento financeiro? Trata-se de uma política social ou de uma oportunidade de mercado?

BANGLADESH X WALL STREET. A trajetória das microfinanças percorreu etapas nas quais é

possível identificar diferentes abordagens.

A partir da década de 1970, as experiências voltaram-se para a promoção do bem-estar dos “mais pobre dos pobres”, quando se entendeu que as microfinanças, em especial o microcrédito, têm papel de política social, pois facilitam a inclusão e o desenvolvimento de pessoas pobres por meio do incremento da renda, do apoio a atividades econômicas, da redução da vulnerabilidade a mudanças de ambiente e, em um contexto mais amplo, do fortalecimento de seu papel como agentes de mudança social e econômica.

Essas experiências representaram o *mainstream* das microfinanças durante as décadas de 1970 e 1980, e foram internacionalmente reconhecidas pela atuação do Grameen Bank, em Bangladesh. No entanto, na década de 1990, as experiências tradicionalmente compostas por organizações não-

EXPERIÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS INDICAM UM GRANDE POTENCIAL DE AMPLIAÇÃO DA ESCALA DAS OPERAÇÕES

governamentais e cooperativas foram alteradas pela entrada de atores privados, mais próximos a um modelo de mercado e estimulados pela percepção da tendência de fim dos subsídios ao microcrédito.

Para conciliar a oferta de serviços financeiros à população pobre e a perenidade da organização, essas organizações focaram escala e crescimento. Esse movimento ficou conhecido como comercialização das microfinanças. Outra variável para o fortalecimento da comercialização foi a indicação, por parte de atores sem fins lucrativos, de que as operações de microfinanças poderiam ser rentáveis.

Nos últimos anos, a busca de novos modelos de negócio e novos mercados tem fortalecido a participação de instituições financeiras tradicionalmente voltadas para a população com maior renda e negócios de maior porte no desenvolvimento de iniciativas lucrativas com a base da pirâmide. A partir de então, as microfinanças estão entrando no sistema financeiro e fortalecendo o debate para a criação de um sistema mais amplo e inclusivo, baseado em modelos de negócio lucrativos.

Parece surgir um possível *trade-off* entre foco em pobreza e foco em sustentabilidade. Os atores envolvidos debatem se atender aos mais pobres é compatível com atender a um grande número de pessoas. Enquanto uma está focada em uma economia de escopo, a outra se volta para uma economia de escala.

MELHOR OPÇÃO? Enquanto corre o debate entre os atores envolvidos na oferta de microcrédito, há cerca de 3 bilhões de pessoas no mundo vivendo com menos de US\$ 2 por dia, a maioria delas em países em desenvolvimento e com pouco acesso a serviços financeiros formais.

Não há estudos que definam com precisão a demanda global por microfinanças ou o percentual do mercado já atendido, mas, segundo pesquisa publicada pelo Consultative Group to Assist the Poor (CGAP), há cerca de 750 milhões de contas de poupança e de empréstimo abertas em “instituições financeiras alternativas” – instituições que buscam estender para clientes de baixa renda os serviços financeiros oferecidos aos clientes de bancos comerciais tradicionais.

Portanto, as microfinanças vivem um momento bastante desafiador. As experiências desenvolvidas por milhares de organizações nas últimas décadas indicam tratar-se de um instrumento financeiro interessante, tanto por sua contribuição social quanto pela oportunidade de mercado. No entanto, os resultados obtidos ainda são tímidos frente aos desafios, pois, a despeito da experiência dos últimos 30 anos, a defasagem de crédito está na casa dos bilhões.

Apesar da imprecisão ou inexistência de pesquisas sobre a demanda, é inquestionável que se devem buscar soluções que ampliem a escala de forma significativa. A discussão sobre a finalidade das microfinanças não deve fechar-se em si mesma. Pelo contrário, espera-se que essa discussão seja superada por soluções complementares, que consigam aliar a escala na oferta de serviços financeiros com o desenvolvimento socioeconômico. Do ponto de vista das pessoas na base da

pirâmide, parece que a melhor solução é a que consegue oferecer o crédito ou o serviço financeiro, seja ele com ou sem fins lucrativos.

MIRANDO ALTERNATIVAS. É importante entender que as microfinanças não representam, de forma isolada, um instrumento adequado para suprir políticas sociais ou econômicas para a população denominada “mais pobre dos pobres”. No entanto, quando associadas a outras políticas e instrumentos, podem fomentar o desenvolvimento socioeconômico, como é o caso em Bangladesh.

Por outro lado, nas últimas décadas, as microfinanças se apresentaram como um novo mercado para o sistema financeiro. Esse movimento para o atendimento da população pobre é estimulado pela inexistência ou baixa oferta de serviços financeiros em países muito pobres, ou pela saturação ou alta competição no topo da pirâmide em países nem tão pobres (como é o caso do Brasil). A entrada de atores financeiros privados nesse mercado é significativa para o setor, a ponto de ampliar a discussão sobre missão social, utilização de subsídios e impacto no desenvolvimento socioeconômico.

A busca de soluções que efetivamente atinjam bilhões de pessoas e promovam desenvolvimento socioeconômico está na combinação dessas suas abordagens. No caso das ONGs, que tendem a atuar com maior força no público-alvo, é preciso refletir sobre a ampliação de suas operações.

Os caminhos podem incluir a criação de redes que fortaleçam o desenvolvimento de meto-

dologias, produtos, pesquisas e acesso a recursos ou sua transformação em instituições financeiras que permitam ampliar a escala de operação com base em uma estrutura de governança adequada. Exemplos desse tipo podem ser identificados no Grameen Bank, como a rede da Fundação Grameen, e no BancoSol, onde a Prodem assume participação na governança do banco.

A constatação de que o acesso nas regiões mais remotas e a inovação no setor acontecem por meio de ONGs reforça a idéia de que há oportunidades para todas as abordagens e que o setor deve buscar seu desenvolvimento de forma conjunta.

As experiências de instituições privadas na oferta de serviços financeiros indicam um grande potencial de ampliação da escala das operações, podendo representar uma solução para o amplo público-alvo. No entanto, esse é um mercado novo, onde a pressão por resultados de curto prazo pode levar as instituições a um movimento em direção a mercados mais rentáveis ou à canibalização do mercado onde atua.

Como se trata de movimentos de mercado, onde há investidores interessados em resultados, a questão mais relevante está no estímulo à participação de investidores que busquem resultados de forma equilibrada, entendendo que os resultados de longo prazo são essenciais para o sucesso do empreendimento. A experiência recente da Compartamos, ONG que se tornou financeira e recentemente realizou seu *initial public offering* (IPO), futuramente deve dar demonstrações sobre esse movimento. ✕

DENISE GIBRAN NOGUEIRA, gerente de sustentabilidade do Banco Itaú,
denise.nogueira@itau.com.br